

# **Cidadania Infantil / Childhood Citizenship**

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.36.9>

**Tom Cockburn**

*Edge Hill University, United Kingdom*



## Cidadania Infantil

Cidadania é um conceito contestado entre os sociólogos que, cada vez mais, afirmam que o mesmo vai além do estatuto legal conferido pelos Estados aos indivíduos numa dada comunidade política nacional. Alguns sociólogos destacam a necessidade de pensar a cidadania em termos de agência política, inserida na vida quotidiana. Outros associam a conceção de cidadão a questões de identidade, a serem analisadas em termos das aspirações das pessoas de viverem em sociedade. Alguns observadores dispensam totalmente a relevância da categoria analítica de cidadania.

É necessário concetualizar a cidadania como um processo sociológico. Como sociólogos, observamos as práticas de cidadania por meio das quais as pessoas se tornam membros ou têm permissão para entrar numa determinada comunidade política. Essas práticas envolvem colaborações e disputas entre as pessoas ou entre as pessoas e as instituições que as governam. Tal resultou, nos últimos três séculos, na inclusão de homens e mulheres trabalhadores, na abolição da escravatura e na tolerância religiosa.

O foco principal desta contribuição é explorar as formas a partir das quais a cidadania pode ser considerada para as crianças no mundo de hoje.

A última parte do século XX testemunhou um crescente reconhecimento das reivindicações das crianças à cidadania. Avanços significativos foram feitos em relação aos direitos da criança, colocados na agenda global pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CDC) em 1989; a CDC é vista como um marcador da cidadania e dos direitos das crianças no mundo de hoje. A Sociologia da Infância respondeu a esse movimento social (Cockburn, 2013) problematizando modelos convencionais de cidadania e propondo um outro mais adequado para as crianças.

Através da ratificação da CDC os governos assumem responsabilidades no que respeita à proteção das crianças, claramente declaradas (proteção contra exploração, tratamento desumano, participação em guerras, entre outras), para atender ao seu estatuto especial. No entanto, foi este estatuto especial, centrado em torno das vulnerabilidades associadas às crianças que, sem dúvida, as excluiu da equidade com os adultos, tornando a aplicação da

CDC inconsistente. O direito das crianças à provisão, de acordo com a CDC, exige que os governos atendam às suas necessidades básicas e ajudem todas as crianças a alcançar o seu pleno potencial. Assim, as crianças têm direito a tratamentos de saúde, educação, lazer, brincar, cultura, segurança social e a um padrão de vida adequado. O elemento final: o direito à participação, de todos os direitos, foi o que gerou maior atenção de académicos e profissionais (Cockburn, 2013). Pode argumentar-se que isso ocorre porque é muito difícil chegar a um acordo sobre o que é a participação e o grau em que a “participação plena” é possível ou mesmo apropriada. A participação destaca, também, questões de cidadania participativa das crianças.

A cidadania é mais do que direitos. Os teóricos políticos tradicionais muitas vezes contrapõem o cidadão que recebe direitos ao que tem as responsabilidades de cidadão.

Este aspeto é frequentemente apontado como um motivo para excluir as crianças da cidadania. No entanto, a Sociologia da Infância tem vindo a questionar tal suposição e identifica, por outro lado, responsabilidades que as crianças têm. Por exemplo, muitas crianças são responsáveis pelo seu bem-estar, cuidado e educação, libertando assim os seus responsáveis para terem empregos remunerados. Por outro lado, as crianças fazem contribuições no que diz respeito aos cuidados de adultos ou de outras crianças em casa. Finalmente, as crianças, particularmente aquelas do mundo maioritário, têm responsabilidades para contribuir com o seu trabalho para o sustento do lar (Cockburn, 2013).

Outro elemento importante da cidadania é a noção de pertença. Este aspeto está a tornar-se mais agudo no mundo cada vez mais globalizado de migrações, mobilidades e novas tecnologias. As tensões que as crianças experienciam, relacionadas com questões de identidade, tornaram-se um foco crescente para os sociólogos: seja o estatuto de migração das crianças, as identidades nacionais cruzadas facilitadas por novos media, as mobilidades geracionais ou as identidades sexuais. Todos estes aspetos moldam a forma como as crianças individualmente se veem, veem os outros ou são vistas pelos outros. Assim, os sociólogos estão interessados em ideias de cidadania que tragam elementos *inclusivos* para a sua concetualização, sustentando-se em ideias de democracia radical e inclusão que enfatizam processos de posicionamento e formação de identidade, ao invés de considerar a cidadania meramente como um estado ou estatuto.

Além disso, é importante reconhecer as experiências diversas, as estruturas sociais e as vidas das crianças, tanto como uma pluralidade em todo o mundo (principalmente, mas não exclusivamente, entre os mundos minoritário e majoritário), mas também dentro de Estados-nação específicos em termos de pobreza e acesso diferenciado a recursos e oportunidades. Os investigadores têm estudado as relações de poder que as crianças vivem no mundo majoritário, dando atenção especial às estruturas hegemónicas que o desenvolvimento internacional exige. Tal trabalho tem, corretamente, mapeado os processos de pobreza infantil, exclusão, injustiças e marginalização e o papel que o movimento de desenvolvimento internacional desempenha na sustentação desses processos (Hanson, 2018).

O comércio e os mercados de trabalho também aumentaram os processos de migração e mobilidade, tanto dentro como entre os estados-nação e mesmo entre continentes. Os padrões de migração geraram mais fenómenos para a análise da cidadania, nos quais as famílias se tornaram mais “interculturais”, ou ainda os modos como as crianças são expostas a diversas culturas, em que as suas culturas interagem e mudam nas suas interações com outras culturas. Assim, as populações podem mover-se múltiplas vezes em diferentes culturas, cada experiência levando à familiaridade com outras culturas, com todas as oportunidades e desafios potenciais que tal pode envolver.

Com o papel do Estado-nação na vida política, económica e social a passar por grandes transformações em muitas partes do mundo, e os sociólogos lutando com sobreposições e soberanias múltiplas, o trabalho sociológico sobre a cidadania infantil, sobre observações empiricamente informadas acerca dos modos de forjar e imaginar a comunidade política são mais relevantes do que nunca.

## Childhood Citizenship

Citizenship is a contested concept amongst sociologists, who increasingly assert that the idea of citizenship goes beyond the legal status conferred by states upon individuals in a national political community. Some sociologists highlight the need to think about citizenship in terms of political agency, embedded in everyday life. Others associate the conception of the citizen with questions of identity to be analysed in terms of people's aspirations to live in society. Some observers dispense altogether with the relevance of the analytical category of citizenship. It is necessary to conceptualise

citizenship as a sociological process. As sociologists, we look at citizenship practices through which people forge membership or are allowed entry into a political community. These practices entail collaboration and are contested among people or between people and the institutions that govern them. Over the past three centuries, this has resulted in the inclusion of working men, women, the abolition of slavery and religious tolerance. The main focus of this contribution is to explore the ways citizenship can be applied to children in today's world.

The latter part of the twentieth century saw an increasing recognition of children's claims to citizenship. Significant progress was made towards children's rights, placed onto the global agenda by the United Nations Convention of the Rights of the Child (UNCRC) in 1989; today, the UNCRC is seen as a marker of children's citizenship and rights. The Sociology of Childhood responded to this social movement (Cockburn, 2013) by problematising conventional models of citizenship into one that would be suitable to apply to children.

By ratification of the UNCRC, government responsibilities for the protection of children are clearly stated (protection from exploitation, from inhumane treatment, against participation in wars, amongst others), and a case made for their special status. However, it was this special status, centred around children's perceived vulnerabilities that arguably excluded them from equality with adults, and the enforcement of the UNCRC is still inconsistent. Children's right to provision under the UNCRC requires governments to meet their basic needs and help all children reach their full potential. Thus, children are entitled to health treatment, education, leisure, play, culture, social security and an adequate standard of living. The final element, the right to participation, of all the rights, generated the most attention from academics and practitioners (Cockburn, 2013). This is arguably because it is very hard to reach agreement on what participation is and the degree to which "full participation" is possible or indeed appropriate. Participation also highlights issues of children's participatory citizenship.

There is more to citizenship than rights. Traditional political theorists often counter the rights-receiving citizen against those of citizen responsibilities. This is often cited as a reason for excluding children from citizenship. However, the Sociology of Childhood has questioned this assumption and instead lists the responsibilities that children possess. For instance, children have responsibility for their own well-being, care and education, thus freeing their carers to participate in paid employment. Secondly, children

should make tangible contributions to caring for adults or other children in their household. Finally, children, particularly those in the majority world, have responsibilities to earn a paid income (Cockburn, 2013).

Another important element of citizenship is the notion of belonging. This is becoming more acute in the increasingly globalised world of migration, movement and new technologies. Tensions within individual children over issues of identity become an increasing focus for sociologists: whether they are children's migration status, cross national identities facilitated by new media, generational mobilities, or sexual identities. All these shape the way individual children see themselves, see others, or are seen by others. Thus, sociologists are interested in citizenship ideas that reflect an *inclusive* element to citizenship, drawing on ideas of radical democracy and inclusion that emphasise processes of positioning and identity formation, rather than citizenship as a state or status.

Furthermore, it is important to acknowledge the diverse experiences, social structures and lived lives of children both as a plurality across the world (chiefly but not exclusively between the minority and majority worlds) but also within specific nation states in terms of poverty, and differential access to resources and opportunities. Scholars have studied the power relations that children in the majority world inhabit, playing particular attention to hegemonic structures that international development demands. Such work has, correctly, mapped processes of children's poverty, exclusion, injustices and marginalisation and the role the international development movement plays in sustaining those processes (Hanson, 2018).

Trade and labour markets have also increased processes of migration and mobility, both within and between nation states and even across continents. Migration patterns have exposed further phenomena for citizenship analysis where families have become more "intercultural", or the ways in which children are exposed to diverse cultures, where their cultures interact and change in their interactions with other cultures. Thus, populations may move multiple times across different cultures, each experience leading to familiarity with other cultures with all the potential opportunities and challenges this may involve.

With the role of the nation-state in political, economic and social life undergoing a major transformation in most parts of the world, and sociologists grappling with overlapping and multiple sovereignties, sociological

work on children's citizenship and empirically informed observations on forging and imagining the political community are more relevant than ever.

## Referências / References

Cockburn, T. (2013). *Rethinking Children's Citizenship*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Hanson, K. (2018). Global/local research on children and childhood in a global society. *Childhood*, 25(3), 272-296.